



HABITAÇÃO, CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono
2º CIHEL - LNEC - LISBOA - PORTUGAL - 13 A 15 MARÇO 2013

UMA CONCEÇÃO SOBRE OS VAZIOS URBANOS E A REABILITAÇÃO DO NATURAL: DE ESPAÇOS INTERSTICIAIS A ZONAS DE LAZER E TRANSIÇÃO.

A conception of urban voids and the rehabilitation of nature: interstitial spaces of leisure and transition zones.

João Lutas Craveiro ¹, Isabel Duarte de Almeida ²



Prof. João Lutas Craveiro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Lisboa – Portugal



Prof.ª Isabel Duarte de Almeida

Universidade Lusíada
Lisboa – Portugal

¹ Sociólogo, Investigador Auxiliar do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Av. do Brasil, 101, 1700-066 LISBOA, jcraveiro@lnec.pt

² Bióloga, Docente Auxiliar da Universidade Lusíada, Rua da Junqueira, 188, 1349-001, LISBOA, isabel.s.duarte@gmail.com

Palavras-chave: Vazios urbanos, Planeamento, Coesão territorial, Sustentabilidade.

Resumo

A presente comunicação visa debater a conceção do *vazio* em meio urbano e a oposição entre espaços naturais e artificializados. Estão em causa diversas formas alternativas de intervenção, em espaço urbano, particularmente sobre determinados *vazios urbanos* que, no essencial e para o que interessa na presente reflexão, correspondem a espaços intersticiais de antiga matriz rural. Estes espaços tornaram-se marginais sob os processos de expansão urbana, marginais no sentido de terem perdido as suas funções anteriores e as referências que lhes concediam uma identidade própria por um uso socialmente legitimado.

O presente artigo desenvolve, assim, uma reflexão que privilegia o tipo de intervenção urbana, no sentido de equacionar *em que o vazio urbano* se transforma, e não somente *naquilo* que deixou de acomodar. Quando se abordam as intervenções em *vazios urbanos* convém salientar que *alguma coisa* existe previamente à intervenção. Pode, deste modo, entender-se que as opções de planeamento correspondem a opções de normalização e supervisão urbanas, e a um propósito que está para além da estética dos lugares.

1. O VAZIO-URBANO E O USO COMPULSIVO DO ESPAÇO

A presente comunicação não pretende abordar a totalidade das classes de espaço designadas por *vazios urbanos*, privilegiando as formas de intervenção e as opções alternativas sobre antigos espaços de matriz rural, estando em causa as concepções sobre as funções do urbano e a reabilitação da natureza, ou a integração do *não-urbano*. Faz-se recurso à aceção etimológica do termo, *vazio*, do latim *vagus*, significa o que contém nada, desocupado, abandonado, devoluto ou vacante, baldio [1].

Contudo, o *vazio urbano* deve distinguir-se de um terreno baldio por este remeter para a ausência de uma utilidade imediata (resultante, por exemplo, do abandono de antigas práticas da pastorícia que, entretanto, perderam o seu enquadramento no mundo urbano) enquanto que o *vazio urbano* ou terreno vago, desocupado, abandonado ou devoluto, representa de alguma forma a promessa de uma reocupação futura, ditada pelo planeamento urbano e a arquitetura [2].

O termo indicia assim uma ocupação futura, na possibilidade do que pode *vir a ser* (futuro) e não no que *deixou de ser* (passado). O *vazio urbano* seria, deste modo, uma identidade indefinida entre o passado e o futuro, até ao preenchimento funcional do próprio *vazio*. É como afirmar que o planeamento e a arquitetura *têm horror ao vazio*, tendendo a preencher os espaços naturais, ou abandonados pelas atividades rurais, com algum tipo de equipamento urbano, edificações e ocupações que conduzem, inevitavelmente, à refuncionalidade do *vazio* ou do espaço intersticial. O *vazio* não existe, pois, senão para ser preenchido. Neste caso, o *vazio* não tem lugar e define-se exatamente por uma condição a anular e que suscita a intervenção por parte do planeador ou do arquiteto. Porque este *vazio*, que também representa a ausência de planeamento e de uma compulsiva reutilização, assume-se afinal como um lugar pleno de oportunidades, a promover após intervencionado, para a fruição de espaços reconstruídos e de novos trajetos à escala do peão e do habitante da cidade.

O *vazio urbano* deve ser, assim, *devolvido* ao cidadão como um tributo ao lazer e à possibilidade de uma atividade regeneradora no contacto com a natureza [3]. Não se veja aqui qualquer crítica à intervenção do planeador ou do arquiteto, simplesmente a ideia de que tanto um como outro não podem cumprir a sua missão mantendo a inação. A cidade é, por conceito, um espaço construído e habitado, um território próprio sob a gestão política da densidade dos fatores humanos e biofísicos. A relação entre espaços com características diferentes, entre os grupos sociais e as suas atividades, encontra eco na função do planeamento e nas forças do mercado. Num ou noutro sentido, pelos resultados de um planeamento ou sob as consequências de um exercício livre das forças do mercado, a cidade nunca é um produto do aleatório. As suas formas de ocupação e de humanização do espaço transgridem com a ideia do *vazio* enquanto possibilidade de espaço não regulado. Neste sentido, o *vazio urbano* representaria um espaço sub-regulado, representativo de ambientes de função incerta, *lugares residuais ou ainda zonas de transição entre o espaço público e privado, edifícios abandonados* [4] como espaços vagos deixados sob a voragem urbana e a funcionalidade dos territórios.

Esta funcionalidade não corresponde apenas à classe do espaço edificado, mas abrange a possibilidade de intervenção sobre os interstícios, os espaços residuais deixados vagos pelo abandono ou entregues à sua condição natural de reserva de solo e lugar expectante. Deste modo, a dimensão de um *vazio urbano* é variável, podendo englobar um complexo industrial abandonado, edifícios degradados e desocupados, áreas intersticiais não intervencionadas, espaços de feira ou parques de estacionamento inativos ou, mesmo, corresponder à marginalização de áreas rurais improdutivas e áreas florestais junto a espaços habitados.

A marginalização das áreas rurais constitui, aliás, um dos principais problemas resultantes dos modos de expansão das cidades sujeitas a uma urbanização indisciplinada e com tendências dispersivas a par de um regime inflexível de conservação da natureza [5]. Está em causa a própria coesão territorial das cidades, que exige uma visão estratégica na relação entre diversas unidades e usos de espaço.

Por princípio, define-se a cidade como um espaço não-natural, ou um ambiente distinto de todos os outros, um ecossistema específico e complexo, se assim quisermos definir a cidade: *um bioma inteiramente novo* produto da *capacidade adaptativa e cultural da espécie humana* [6], incluindo-se dentro dos aspectos culturais e adaptativos os fatores da organização social e da inovação tecnológica. Pode também afirmar-se que, historicamente, a espécie humana colonizou a natureza e transformou a floresta em cidade, após a

sedentarização e a fixação territorial possibilitadas pela agricultura e a domesticação de animais. Deixámos, pois, esse *cenário sombrio e natural da floresta* [7] para povoarmos massivamente os espaços urbanos, espaços edificados e construídos na ideia do domínio da natureza e da proteção contra as ameaças exteriores. Só que não podemos romper, em absoluto, com as dependências ambientais (hoje mediadas pelas infraestruturas e a densidade tecnológica) nem banir a natureza da cidade. Também a dimensão da ameaça assume hoje características novas e globais, pelas alterações climáticas ou a instabilidade dos mercados e os constrangimentos colocados sobre a soberania dos estados e a autonomia das decisões políticas. Como se refere, em um outro lugar, *não vivemos apenas uma situação de crise financeira, social e ecológica mundiais* [8], os tradicionais instrumentos políticos de promoção do bem-estar e da segurança humanas parecem hoje insuficientes.

No aspecto da capacidade adaptativa face às novas ameaças contemporâneas, e na regulação do bem-estar e segurança humanos, é como se o estado-nação fosse demasiado pequeno para resolver os grandes problemas – e grande de mais para resolver os *pequenos problemas*, à escala das cidades, do bairro habitado ou da área de residência. As dificuldades de integração dos *vazios urbanos* como reserva de solo (mesmo para funções naturais de prevenção de cheias ou retenção de águas pluviais) ou, em outras ocasiões, como espaço a reabilitar para equipamento e oferta de lazer ilustram bem, por um lado, a falta de articulação das políticas de planeamento urbano e as consequências de uma urbanização indisciplinada e dispersa. Por outro, se a figura do estado está *longe de mais* e não pode reger com minúcia as opções que cabem a uma escala local, parece que a dimensão regional e as perspectivas integradas de desenvolvimento continuam ausentes da política das cidades, atendendo-se tão só a soluções pontuais de circunstância, desgarradas de uma visão estratégica abrangente.

No caso de estudo explorado a seguir pretende-se questionar esta falta de perspectiva, procurando-se a lógica dos tipos de intervenção levados a cabo, embora as soluções encontradas sejam obviamente sujeitas a críticas ou à consideração de outros modelos de intervenção.

2. TELHEIRAS E A QUINTA DE SANT'ANA: PARQUE URBANO OU HORTAS URBANAS?

Em estudo desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), no decorrer de um programa de estágio integrado no anterior Programa de Investigação Programada (PIP), concluído em finais de 2008, PIP intitulado Mudança Social, Território, Recursos Naturais e Infraestruturas de Ambiente, recorreu-se a casos de estudo sobre soluções alternativas e conflitos de planeamento a propósito de parques urbanos e construção de infraestruturas.

Um desses casos de estudo correspondeu ao destino dado à antiga Quinta de Sant'Ana, em Telheiras, no local onde atualmente se situa o respetivo parque urbano e a estação terminal de uma linha do metropolitano de Lisboa (Figura 1). A questão surge sob iniciativa de uma Associação de Residentes de Telheiras (ART), que após a decisão sobre uma nova urbanização a promover pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), e a criação de um parque urbano servindo a zona e a futura extensão da linha do metropolitano até Telheiras, apresenta em Março do ano de 2002 uma petição às autoridades municipais de Lisboa (o novo Presidente, eleito no ano anterior, mostra-se recetivo às exigências dos moradores).

A petição recolhe mais de mil e seiscentas assinaturas, e reivindica a preservação da Quinta de Sant'Ana como integrando um núcleo histórico e, também, memória da antiga ruralidade. A ART reivindicara, também, um espaço perto de uma escola e junto ao respetivo núcleo histórico (localizações respetivas na Figura 1) para a criação de uma área destinada a hortas urbanas. Sob o pretexto da preservação da identidade dos lugares a reivindicação assume, então, uma outra proporção e ressonância social, com fundamentação justificada pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles e projeto para a demarcação ordenada de hortas urbanas, no local da Quinta de Sant'Ana, a atribuir à gestão dos residentes e respetiva Associação [9].

Contudo, quer a construção das novas urbanizações projetadas, quer a realização das obras de extensão da rede do metropolitano praticamente concluídas nos dois anos seguintes, vieram dificultar a reivindicação da

Uma conceção sobre os *vazios urbanos* e a reabilitação do natural: de espaços intersticiais a zonas de lazer e transição.

João Lutas Craveiro e Isabel Duarte de Almeida

ART e a moção popular da preservação *rural* dos lugares. Ressalte-se, aqui, um dado curioso que se prende com o carácter conservador com que as reivindicações da preservação dos lugares de tradição rural fundem a própria tradição com a natureza. Tradição e natureza seriam, assim, *parecidas* no sentido de que um ato ou um evento *acontece sempre da mesma maneira ou é automaticamente aceite como natural* [10].

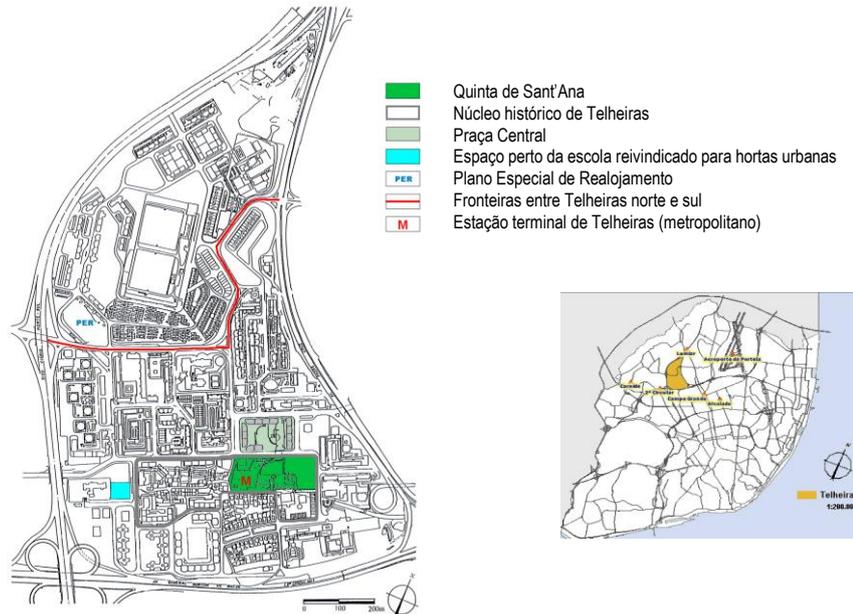


Figura 1: Plantas da localização da Quinta de Sant'Ana e de Telheiras no mapa de Lisboa

A construção do parque urbano (Figura 2), concluído para benefício da nova zona residencial e no espaço intersticial que sobrou entre as novas construções e a estação terminal do metropolitano poria um ponto final a outras propostas de intervenção alternativa. Não se pretende aqui apresentar uma análise do caso com a documentação de suporte sobre a evolução do conflito e a realização de entrevistas aos seus principais protagonistas. Essa documentação já foi objeto de uma publicação anterior resultante de um estágio sob coordenação do primeiro autor desta comunicação [11].

Pretende-se tão só desenvolver novas reflexões sobre o carácter do *vazio urbano* (conceito que, então, não foi convocado por o estudo referido ter outro objetivo) e a compulsão para que este seja, de uma forma ou de outra, *preenchido* com uma função nova ou com o plágio reconfortante sobre o *mundo rural*, da *tradição* ou da *natureza*. O *vazio urbano* de raiz rural, por representar ainda uma reserva de espaço disponível, pode reparar essa perda essencial que supostamente o urbanita sente, como falha profunda do seu carácter civilizado, de *mexer na terra* e ter uma atividade no *campo*?

Refira-se, para esclarecimento, que a reivindicação da ART não se enquadrava na apropriação direta da terra e no seu cultivo por razões de necessidade ou por combate à pobreza de núcleos familiares, mas antes atendia a uma ligação afetiva e de proximidade para com o *rural* e, também, ao desenvolvimento de laços de convivalidade entre vizinhos (que, de outro modo, raramente seriam impelidos a estarem juntos ou expostos a uma interação *espontânea* em espaço aberto). A ART toma, assim, posição a favor da reabilitação do rural (ou de uma ideia do rural) e, ainda em notícia publicada nos princípios do ano de 2007, assume as *raízes rurais* de Telheiras e a exigência de *hortas e jardins comunitários onde os residentes possam aprender e educar as crianças* [12].

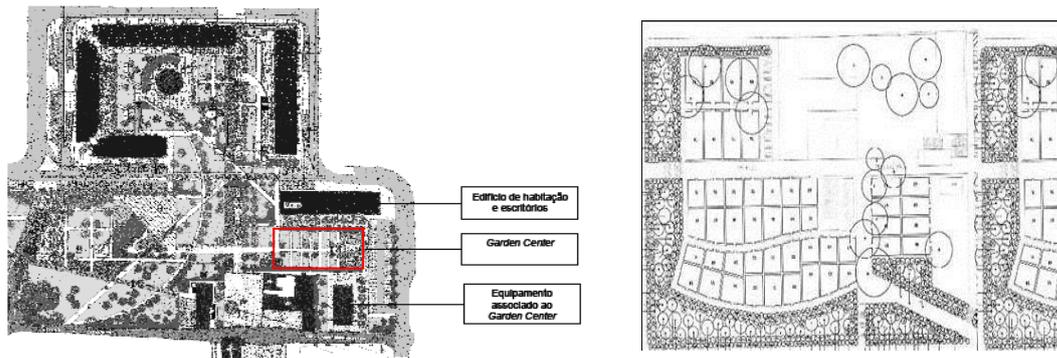
Uma conceção sobre os *vazios urbanos* e a reabilitação do natural: de espaços intersticiais a zonas de lazer e transição.

João Lutas Craveiro e Isabel Duarte de Almeida



Figura 2: Visão parcial sobre o parque urbano da Quinta de Sant'Ana e a nova construção urbana envolvente

A EPUL, no entanto, tinha-se mostrado sensível aos argumentos dos moradores e redesenha-se o modo de intervenção na envolvente das novas construções urbanas, propondo a atribuição de um lugar próprio para jardinagem e hortas, e estruturas de apoio, no que a EPUL classifica como *garden center*. A proposta não encontra aceitação por parte dos moradores representados na ART, que insistem em um outro modelo de organização do espaço, preenchendo-se a quase totalidade do espaço disponível e intersticial, em disputa, com a localização loteada de hortas urbanas num projeto apresentado pelo gabinete de arquitetura de Gonçalo Ribeiro Telles (Figura 3).



Planta da EPUL, cedida por aquela instituição

Planta de Gonçalo Ribeiro Telles cedida pela ART

Figura 3: Oposição entre modelos de organização do *vazio urbano*

Não está apenas em causa as diferentes conceções sobre a natureza e a organização do *vazio urbano*, mas no que respeita à criação de um espaço de jardinagem e de hortas urbanas há que admitir que a diferença de escala constitui-se, também, como fator do conflito entre as alternativas de uso, orientando-se ainda a EPUL por uma intervenção mais vinculada ao desenvolvimento de um espaço verde e tipo de ocupação que dispensa a ligação instrumental dos moradores. No entanto, de uma forma ou de outra, entendia-se que o *vazio urbano* não podia preservar a sua estrutura espacial de abandono ilustrativa de uma inatividade ou, mesmo, *inutilidade* não servindo as convicções dos promotores das urbanizações nem dos defensores das hortas urbanas.

O aproveitamento de *vazios urbanos*, nomeadamente de raiz rural ou resultante de interstícios de antigas quintas sujeitas a planos de urbanização representa, aliás, uma ideia recorrente de certos movimentos sociais de carácter nostálgico sob o retorno às origens e ao contacto com a terra ou, em novas roupagens, sob a necessidade da auto-sustentação local gerada pela crise corrente [13]. Neste âmbito de sobrevivência e de recurso urbano, a terra readquire o seu antigo lugar de disputa e de apropriação direta para a agricultura,

consolidando um movimento social que está para além do retorno às origens e apresenta uma nova forma de gestão da terra em espaço urbano com o nome de *permacultura*.

A permacultura pode ser definida como uma *agricultura permanente* (do inglês *perma[nent agri]culture*) inspirada nos ecossistemas naturais e que tem como propósito o estabelecimento de comunidades humanas agrícolas auto-suficientes e estáveis, com hábitos de vida e formas de cultivar a terra que geram reduzidos, ou tendencialmente nenhuns, impactos ambientais [14]. Constitui-se como um sistema de *design ecológico* para a sustentabilidade. Através de uma observação cuidadosa dos ciclos naturais, energias e recursos de um dado local, pode projetar-se um sistema que *recupera* espaços, *imita* a natureza e assume uma *vida própria*. Corresponde, assim, a uma ideia mais abrangente que a moderna pretensão da eficiência energética e das *emissões zero*, que se inserem no domínio de uma *modernização ecológica* de matriz tecnológica, embora a corrente designada por *modernização ecológica* possa abranger tonalidades de intervenção mais orientadas para a mudança política que a simples mudança tecnológica [15].

A visão e a estratégia de um desenho ecológico urbano têm a vantagem de não serem apenas viáveis, mas também de corresponder à visão, que muitos partilham, de um mundo em que gostariam de viver. Fazer desta visão uma realidade requer apenas a vontade de assumir um risco calculável, abandonando velhos preconceitos e padrões de comportamento. Deste modo, a reivindicação das hortas urbanas corresponde intencionalmente a um projeto político de mudança regeneradora da civilização urbana através do contacto com a terra e o *retorno à natureza*, e que não se esgota na criação de hortas mas visa um alcance mais profundo e duradouro de alterações de hábitos e das próprias formas de habitar a cidade. Contudo, também aqui a supressão dos *vazios urbanos* estaria traçada destinando-se estes a renovadas atividades agrícolas. Paradoxalmente, a ideia do *vazio* parece atormentar propostas alternativas antagónicas e modos de intervir, no limite, inconciliáveis.

Parque urbano ou permacultura, hortas urbanas, equipamento desportivo e de lazer, o destino do *vazio urbano* de cariz ex-rural e intersticial parece predefinido no sentido da sua extirpação. Não é apenas a arquitetura ou o normal planeamento urbano, também a política, que é todo o modo de agir, tem *horror ao vazio*.

3. A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DOS VAZIOS URBANOS. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

O tema dos *vazios urbanos* pode inserir-se no âmbito da gestão das interfaces entre espaços construídos e não construídos. A gestão destas interfaces envolve, naturalmente, uma abrangência de situações que está para além dos *vazios urbanos*, e requer uma visão estratégica orientada para a coesão territorial e a prevenção de marginalidades sociais e de zonas sem supervisão. Também se pretende salientar a importância das zonas de interface para a prevenção de riscos ambientais, nomeadamente na interface urbano-florestal onde a gestão do combustível se tem revelado crucial para se evitarem situações danosas de progressão da orla das chamadas áreas habitacionais. Também como prevenção a situações de cheia estas margens e faixas periurbanas podem constituir um recurso de retenção de águas.

Quer na condição de interface urbano-florestal, e prevenção de fogos, ou de espaço *vazio* com funções preventivas face a cheias, o LNEC tem desenvolvido propostas concretas de estudo e aprofundamento do conhecimento científico sobre riscos ambientais naturais ou induzidos [16]. Pretende-se, assim, atender às relações de interdependência entre ambientes construídos e naturais, e ao estudo das formas de ocupação humana e uso do solo envolvendo a avaliação dos riscos ambientais e a capacidade adaptativa dos aglomerados populacionais face à prevenção, combate e reparação de incêndios florestais ou em espaço edificado, inundações urbanas e galgamentos da linha da costa [17].

No entanto, o tema dos *vazios urbanos* solita um olhar próprio sobre as questões do desenvolvimento urbano e as opções alternativas de intervenção. Dentro destas opções alternativas de intervenção pensa-se que se tem excluído a *não intervenção*, por esta significar uma aparente falta de planeamento e de inclusão dos espaços na

normalização e supervisão urbanas. *Vazio urbano* seria, assim, um espaço livre que não está construído nem se encontra qualificado.

Como contraponto à expansão urbana dispersa e à fragmentação dos espaços periurbanos parece até que o *preenchimento* dos *vazios urbanos* interiores, na malha das cidades, corresponderia a um requisito válido para consolidar a coesão territorial e conter a dispersão e a fragmentação. Contudo, o *vazio urbano* não representa apenas uma oportunidade de intervenção, é antes de tudo uma oportunidade de negociação e de envolvimento de diversos atores sociais para a *localização de projetos estatégicos e úteis para a regeneração de cidades ou periferias* [18]. O risco que há a considerar é que o *vazio urbano*, pela obsessão da construção ou da edificação, se transforme num *não-lugar*, espaço densificado e ocupado sem uma identidade própria, no produto de um planeamento absurdo que vê nos *vazios* uma solução de *retrofitting* (redensificação) para fazer render a função do espaço ou captar novos habitantes.

Deste modo, é preciso também equacionar o *vazio urbano* como uma oportunidade para a prevalência do próprio *vazio*, como *terrain vague*, no sentido de espaço urbano desocupado, mas também livre, disponível, descomprometido, como *ausência*, expectativa e lugar do (im)possível [19]. Não se advoga aqui a progressiva degradação de um espaço, mas a consideração de uma alternativa baseada na intervenção não intrusiva e como balanço de uma sustentabilidade ambiental que deve reger-se, por um lado, pela ponderação das intervenções e os seus contributos para a resiliência das cidades face aos riscos ambientais. Uma reserva de espaço é também uma reserva contra a erosão do solo, e sublinha a presença de zonas livres de ocupações abusivas. Por outro lado, o *vazio* representa também uma oportunidade social de uso não compulsivo nem obrigatoriamente rendibilizado como função desportiva ou espaço de um lazer previamente programado.

Abrem-se, assim, novas perspectivas de estudo sobre expectativas sociais e usos alternativos de espaços intersticiais, no envolvimento de *stakeholders* e planeadores, arquitetos e sociólogos, políticos e outros agentes com intervenção decisiva sobre os usos de uma cidade.

REFERÊNCIAS

- [1] Rocha, I. – *Vazios urbanos como vazios de preservação*. Revista Pós, n.23 (2008) 120-139.
- [2] Meyer, R. – *Para Urbanistas, sobram espaços e faltam ideias*. Folha de São Paulo. 2007. [Consultado em 4 de Novembro de 2012]. Disponível em http://www.vazio.com.br/pdfs_vazio_ossol/vazios_urbanos_de_sao_paulo.pdf
- [3] Cancela, J. – *Urban agriculture within green infrastructure. Concepts, characteristics, functions and forms. Case-studies from Lisbon Metropolitan Area – Understanding the pos-industrial city: Metropolis, Urban Renewal, Public Space*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2009.
- [4] Mela, A. – *A sociologia das cidades*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, 253 p. (p.203).
- [5] Oliveira, F. P. – *Os caminhos 'a direito' para um urbanismo operativo*. Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, RevCEDOUA, 2/7, (2004) 9-30.
- [6] Campbell, B. – *Ecologia Humana*. Lisboa: Edições 70, 1983, 262 p.
- [7] Baptista-Coelho, A. – *Notas gerais sobre a origem da cidade e uma pequena introdução à cidade densa e quase sem ruas*. Revista do Grupo Habitar, Infohabitar, Ano VIII, n.383 (2012).
- [8] Craveiro, J. L. e Almeida, I. D. – *Desenvolvimento sustentável: definição e contradições, ética ambiental e cooperação internacional*. Manual de Cooperação para o Desenvolvimento. Oeiras: INA Editora, 2011, 503 p. (61-68).
- [9] Contumélias, A. – *Um quadrado verde na aldeia de Telheiras*. Lisboa: Editora Plátano, 2006, 139 pp.
- [10] Giddens, A. – *Para uma terceira via*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, 141 pp (p.61).

- [11] Ackermann, D. - *Faire et Vivre la Ville; Planification et Pratiques Urbaines*. Relatório 303/2008-NESO, Relatório de Estágio. Lisboa: Ed. LNEC, 2008, 94 p.
- [12] Isidro, R. e Castanheira, B. – *Avanço do betão sobre o verde revolta moradores*. Edição do Jornal de Notícias datada de 31 de Janeiro de 2007 [entrevista a Ana Contumélias da ART]. [Consultado em 15 de Novembro de 2012]. Disponível em http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=687120&page=-1
- [13] Belo, C. – E se na hora de preparar a próxima refeição em vez de ir ao supermercado for à horta mesmo ao pé de casa ou na varanda? Movimento Novos Rurais, Novos valores que sustentam a procura de proximidade com a natureza e com a vida no campo. 2011 [Consultado em 20 de Novembro de 2012]. Disponível em <http://agricultoresdesofa.blogspot.pt/2011/09/hortas-urbanas.html>
- [14] Mollison, B. – *Introduction to Permaculture*. 2nd Ed. Tyalgum (Austrália): Tagary Publications, 1997, 216 pp.
- [15] Mol, A.; and Spaargaren, G. – *Ecological modernization and the environmental state*. Research in Social Problems and Public Policy. Vol. 10 (2001) 35-52.
- [16] Craveiro, J. L.; Menezes, M. e Cruz, H. – *Responsabilidade e gestão do risco de incêndio nas proximidades das habitações e na orla florestal – 2º Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social*. Lisboa: ISEG, 2012. (Atas em suporte digital sem numeração de páginas: 10p.)
- [17] Craveiro, J. L. e Antunes, O. – *Risco de erosão costeira, vulnerabilidades sociais e conflitos ambientais: a propósito de um projeto de investigação*. 2.^a Jornadas de Investigação e Inovação. Cidades e Desenvolvimento. Lisboa: LNEC, 2012.
- [18] Portas, N. – *Do vazio ao cheio*. Publicações da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. (s/d). [Consultado em 21 de Novembro de 2012]. Disponível em <http://www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc>
- [19] Solà-Morales, I. – *Terrain Vague*. Territorios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. p. 181-193.